



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP)
DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DICOL)

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) – REDE DE ENFRENTAMENTO

ATA DE REUNIÃO
Nº 18/2019

Data: 29.04.2019

Horário: 16h

Local: SALA DE REUNIÕES DA
DICOL, 905 LÂMINA I

A JUÍZA ADRIANA RAMOS DE MELLO, membro da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), inicia a reunião às 16h30min, agradecendo a presença de todos e todas. Ausente justificadamente a Juíza Luciana Fiala.

Após as apresentações, a Magistrada passa a palavra para cada participante discorrer sobre as ações realizadas/a realizar em prol do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Com a palavra a Sra. Mônica Leitão, do Gabinete da Cidadania da Prefeitura Municipal de Petrópolis, informa que foi realizada uma capacitação dos guardas municipais sobre a Lei Maria da Penha, junto com o Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM).

Destaca, também, a implementação do Projeto Violeta no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca, bem como a iminente instalação da Sala Lilás no IML local, que, a princípio, não tem data para inauguração, entretanto, a obra está em andamento.

A Sra. Regina do CEAM-Duque de Caxias discorre sobre palestra que será realizada com o tema “conceito de violência doméstica e a desigualdade de gênero” em comemoração ao Dia Nacional da Mulher (30 de abril).

As representantes da Secretaria Municipal de Saúde discorrem sobre os atendimentos realizados na Sala Lilás do Centro e Campo Grande.

Em seguida, a Sra. Mariana Viegas, assessora jurídica da Secretaria Estadual de Saúde, cita o GT-Violência, que consiste em um grupo de estudo para implementação de políticas públicas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher na área da saúde. Informa que acompanha o Acordo de Cooperação celebrado com o TJRJ para designação de profissionais multidisciplinares e explica que a SES está pleiteando para suprir o déficit existente. Na oportunidade, esclarece, também, que foi realizado um Seminário de Capacitação para os profissionais de saúde nas unidades hospitalares no que diz respeito ao acolhimento e identificação de risco das mulheres que chegam aos hospitais. A ideia é capacitar

os profissionais de saúde para identificar a mulher como vítima, e, se for o caso orientá-la ou/e notificar compulsoriamente.

A Sra. Helena Piragibe, Diretora do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RJ (CEDIM), demonstra preocupação com a situação das conselheiras municipais diante do recente Decreto sobre o assunto. Informa que tem observado uma movimentação dos municípios para reativar os conselhos municipais, como, exemplo Nova Friburgo, Queimados, Paraty e Mangaratiba. Acredita que a consequência desse Decreto seja a desmobilização dos municípios em relação as políticas públicas para as mulheres, não só na reativação como na criação desses conselhos. Destaca a importância de fortalecer a rede e cita a questão da Conferência Nacional, esclarecendo que a reunião acontecerá no período de 14 a 16 de maio, em Brasília.

As Sras. Cristina e Thais, da Ouvidoria da Mulher do TJRJ, explicam que, a maioria dos atendimentos é sobre dúvidas em relação a processos já em trâmite. Destacam um número ínfimo de procura da Ouvidoria da Mulher.

A Dra. Rebeca Servaes, Vice-Presidente da Comissão da OAB-Mulher, inicia pontuando uma conquista da OAB, no que diz respeito à criação de uma Diretoria de Mulheres. De acordo com a advogada, a OAB reconhece a relevância da pauta da mulher e consegue, assim, ter mais ingerência e poder de articulação em todo o Estado.

Em seguida, a Sra. Rosângela, do CEAM-Chiquinha Gonzaga, pontua que, diferente do relato das representantes da Ouvidoria do TJ, tem percebido um aumento significativo (triplicado) de atendimentos comparado ao ano de 2016. Informa que o CEAM participa de diversas ações de prevenção, ressaltando as campanhas realizadas durante o período do carnaval. Diante disso, acredita que a divulgação ajuda a dar visibilidade aos serviços da rede. Por fim, alega ter constatado que 77% das mulheres que chegam ao CEAM foram orientadas por outras Instituições, destacando, então, a importância da rede estar estruturada para divulgar os serviços disponíveis para essa mulher.

A Sra. Rejane, da Subsecretaria Municipal de Políticas para a Mulher da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH, ressalta os esforços nas campanhas de prevenção a violência contra a mulher. Informa que no mês de maio foram realizadas campanhas em parceria com as secretarias de educação, saúde, Polícia Civil e Ministério Público. Além disso, cita o programa "Maria da Penha vai à escola" e a roda de conversa "Rompendo a violência: diálogo da violência contra a mulher".



A Dra. Carla Araújo, Promotora de Justiça, demonstra satisfação na parceria com a Subsecretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, e informa que o MP participará do programa “Maria da Penha vai à escola” a fim de sensibilizar/capacitar os Diretores e Professores.

Em seguida, a Delegada Juliana Emerique, Coordenadora da Coordenadoria Geral de Polícia de Atendimento à Mulher (CGPAM), inicia destacando como uma das conquistas dentro da Polícia Civil a criação da Coordenadoria Geral específica para o atendimento à mulher, não havendo mais a subordinação ao Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE). Ressalta a importância de sensibilizar os policiais civis das delegacias distritais. Afirma que em 10 de maio haverá uma capacitação dos Delegados de Polícia e, aproveitando a oportunidade, convida os presentes para colaborar na sensibilização das autoridades policiais. De acordo com a Delegada, de janeiro até a presente data, constam 300 presos das Delegacias de Atendimento à Mulher e indiciamentos mensais de 1.000 a 1.300. Informa, ainda, que a CGPAM está providenciando a republicação de todas as leis e protocolos ligados à violência doméstica e familiar contra a Mulher dentro da Instituição. Consigna o agradecimento à OAB Mulher e a Associação Nacional de Advocacia Criminal (ANACRIM) que orientaram sobre a necessidade de ser realizada, pelo Delegado de Polícia, uma análise pessoal dos casos da lei maria da penha a fim de evitar o feminicídio. Por fim, a Dra. Juliana informa do projeto “DEAM nas escolas” e cita o projeto “Papo de Resposta” que incluiu o trabalho de gênero.

Com a palavra, a Delegada Ana Lúcia Barros, da DEAM-CENTRO, informa ter percebido um aumento de notícia-crime oriundas de familiares das vítimas. Destaca que a DEAM-CENTRO vem trabalhando na divulgação e prevenção da violência contra a mulher. De acordo com a Delegada, a PCERJ continuará com as palestras nas escolas, com o apoio da Subsecretaria Municipal de Política para as Mulheres, e com o ciclo de debates. Pontua, também, os conselhos escolares de segurança junto com os batalhões da polícia militar na divulgação do “papo de resposta”. Esclarece que realizou reunião com os policiais da DEAM-CENTRO a fim de sensibilizá-los no atendimento à mulher vítima e já obteve um *feedback* positivo da ouvidoria do cidadão. Na oportunidade, solicita que a CEJUVIDA também informe caso haja alguma reclamação e/ou elogio da equipe de plantão da DEAM-CENTRO. (Deliberação 1)

Em seguida, Dra. Ana Lúcia Barros informa que estão buscando implementar o Projeto “Espaço do Amor”, que consiste em uma sala para entrevista da mulher vítima de abuso sexual de forma gravada, com objetivo de colher apenas um único depoimento, evitando, assim, a revitimização dessa mulher. Por fim, informa que já

instalaram a brinquedoteca na DEAM-CENTRO e que está em andamento um Acordo de Cooperação com a UFRJ para atendimento psicológico das mulheres vítimas de abuso sexual.

A **Dra. Juliana Emerique** noticia que está em andamento o projeto para instalação do sistema "KENTA" nas Delegacias de Atendimento à mulher e cita a questão do recebimento de medidas protetivas por meio eletrônico.

Em prosseguimento, **Dra. Lúcia Iloísio, Promotora de Justiça**, esclarece que todas as áreas criminais ou com viés criminal foram migradas para o Centro de Apoio Criminal, com isso, o Centro de Apoio da Violência Doméstica foi extinto e o Núcleo de Gênero passou a ser do **CAO-CRIMINAL**. Esclarece que será uma das Subcoordenadoras desse centro de apoio. Explica que o MPRJ tem parceria com a secretaria estadual de educação para realização de palestras sobre a lei maria da penha nas escolas e que neste ano as palestras serão direcionadas para a equipe pedagógica (Diretores e Professores). Em relação aos conselhos estaduais, informa que o MPRJ iniciou pesquisa a fim de buscar fomentar a estruturação dos conselhos que já existem legalmente e, para os que não existem, irão verificar o que é possível fazer para implementá-lo, tendo em vista a sua importante função de fomentador de política pública.

Dra. Adriana Mello discorre sobre as atividades e projetos da COEM e, diante do relato da equipe da Ouvidoria da Mulher do TJRJ, delibera no sentido de divulgar os serviços/contato da Ouvidoria da Mulher do TJRJ, destacando a necessidade de melhorar os serviços prestados pelos servidores, em caso de reclamações. (Deliberação 2)

Na oportunidade, ressalta a importância da integração da rede para que cada Instituição promova a divulgação de todos os serviços, a fim de disponibilizar mais um canal de comunicação/atendimento para que a mulher também tenha a sua demanda acolhida. Apresenta a cartilha da rede de enfrentamento e o cartaz da Ouvidoria, elaborados pela COEM, e distribui para todos os participantes presentes.

Em prosseguimento, a **Dra. Adriana** solicita que a DICOL encaminhe a lista de presença da presente reunião (e-mail e telefone) a todos os participantes. (Deliberação 3)

Com a palavra, a **Dra. Flávia Nascimento, Coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, informa que criou uma Ouvidoria da Defensoria Pública para consolidar as reclamações e buscar melhorar as falhas nos atendimentos. No entanto, existem poucas reclamações nesse sentido, acreditando ser pela fragilidade em que a mulher se encontra. Diante disso, solicita a contribuição de todos os participantes da rede na divulgação da Ouvidoria

da Defensoria da Mulher. Compromete-se a encaminhar o contato da Ouvidoria da Defensoria para todos os participantes presentes divulgarem em suas Instituições. (Deliberação 4)

Em complemento, a Dra. Sandra Ornellas, Subsecretária Estadual de Política para as Mulheres, informa que a Subsecretaria está criando um canal de denúncia institucional, junto com a Defensoria Pública. A ideia é criar um material explicando esse tipo de violência e anexar os contatos para que as pessoas possam direcionar para os órgãos/Instituições competentes.

Dra. Adriana registra a satisfação com o trabalho que está sendo desenvolvido pela OAB MULHER. Esclarece que a Comarca de Cordeiro (Região Serrana) está interessada na implementação do Projeto Violeta, por incentivo da Comissão de Mulheres da OAB.

Nesse sentido, **decidem** realizar um evento em Cordeiro com a OAB MULHER, MPRJ, Polícia Civil e CEDIM. A ideia é disponibilizar os Ônibus do TJRJ (Projeto Violeta) e da Subsecretaria Municipal de Política para as Mulheres (Lilás), divulgando os canais de denúncia, distribuição de cartilhas e orientações. (Deliberação 5)

Na oportunidade, a **Dra. Rebeca Servaes** discorre sobre a ideia de realizar, no final do ano, um evento da rede de enfrentamento no espaço da OAB para debates e palestras, com o que todos concordam.

As participantes presentes debatem a importância da capacitação da guarda municipal sobre a lei maria da penha.

Após agradecer a presença dos Diretores do Alcoólicos Anônimos, as **Magistradas Katerine Jatahy e Adriana Mello** discorrem sobre o Convênio, que vence em outubro, e a importância de sua renovação.

Os Diretores do AA explicam das suas limitações e informam que cada grupo é autônomo dentro da sua estrutura, mas colocam-se a disposição para auxiliar no que puderem. As magistradas sugerem a realização de palestras educativas sobre a Lei Maria da Penha dentro do AA, com o que todos concordam.

Considerando a necessidade de agendar uma sensibilização com os peritos e peritas, Dra. Adriana propõe a realização de uma reunião prévia para debater sobre os assuntos que serão abordados na sensibilização/capacitação. Sendo assim, **definem o dia 27/05/2019 às 14h30min.** Caberá a DICOL convidar as representantes da Secretaria Estadual de Saúde, Delegadas Nádia Sad, Juliana Emerique e Sandra Ornellas. (Deliberação 6)

Em prosseguimento, **Dra. Adriana Mello** informa que o CNJ divulgará no dia 15/05/2019 o Instrumento de Avaliação e Gestão de Riscos (Formulário de Risco - FRIDA), e o Estado do Rio de Janeiro foi escolhido para o Projeto Piloto. Trata-se de um

questionário que será utilizado nas unidades judiciárias para ajudar a avaliar o risco em que vivem as mulheres em situação de violência e evitar novas agressões.

Dra. Juliana Emerique informa que já está em andamento um projeto com a Diretoria de Tecnologia da Informação da PCERJ (DGTIT) para adequação do sistema de informática para absorver esses relatórios de risco. Questiona se terá avaliação no nível de risco, ao que **Dra. Adriana** responde que o CNJ não vai inserir tabulação, para não limitar a atuação do Magistrado.

As participantes presentes debatem que a avaliação do nível de risco é muito volátil e preocupam-se com a responsabilidade dessa avaliação.

A **Sra. Márcia**, da SMS, destaca a importância da secretaria de saúde na elaboração desse formulário e propõe que a Sala Lilás seja o “piloto”.

No mesmo sentido, a **Sra. Rosângela**, do CEAM Chiquinha Gonzaga, destaca a importância dos Centros de Referência na adaptação desse questionário, uma vez que são uma das “portas de entrada” e possuem a expertise nessa avaliação de risco.

Dra. Adriana explica que será celebrado um Acordo de Cooperação do CNJ com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e após a assinatura deste Termo/Pacto será criado um Comitê Intersectorial para adequar o Formulário do CNJ à realidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a Magistrada esclarece que todos os participantes da rede serão convidados para auxiliar na elaboração dessa avaliação de risco.

A **Sra. Rosangela** esclarece que o CEAM trabalha com uma ficha/formulário detalhado do risco da mulher e propõe incluir essas informações neste novo formulário.

Em prosseguimento, **Dra. Adriana** discorre sobre o Projeto MÃOS EMPENHADAS e informa que será realizada uma parceria com a subsecretaria estadual de política para as mulheres, SENAC e Sindicato dos Profissionais de Beleza. A ideia é iniciar a capacitação dos profissionais no mês de agosto.

Nesse sentido, **Dra. Sandra Ornellas** discorre que a Subsecretaria aderiu ao Projeto “Ela pode”, promovido pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora, cujo objetivo é capacitar 135 mil mulheres brasileiras nos dois anos (2019/2020), tornando-as confiantes e preparadas para o autodesenvolvimento pessoal e profissional.

As participantes presentes também citam o Projeto SIGA EM FRENTE da DEAM de Volta Redonda que também trabalha o empoderamento da mulher para o mercado de trabalho.

Dra. Katerine Jatahy propõe organizar uma capacitação dos Delegados de Polícia sobre o Protocolo Violeta Laranja para o segundo semestre deste ano, com o que as Delegadas presentes concordam. Caberá a DICOL incluir essa proposta na pauta da próxima reunião da rede de enfrentamento. **(Deliberação 7)**

Caberá a DICOL encaminhar para a Dra. Lucia Iloísio os Provimentos CGJ nº 64 e 65/2018, sobre Projeto Violeta. **(Deliberação 8)**

Nada mais a tratar, a Magistrada agradece a colaboração de todas e encerra os trabalhos às 18h30min.

Juíza ADRIANA RAMOS DE MELLO
Membro da COEM

	Deliberação	Responsável	Prazo
1	Incluir na pauta da reunião do dia 10/05/2019 às 14h (CEJUVIDA) a manifestação da Dra. Ana Lúcia Barros nesta reunião (feedback do atendimento no plantão da DEAM-CENTRO)	DICOL	5 dias
2	Providenciar a divulgação dos serviços/contato da Ouvidoria da Mulher do TJRJ.	DICOL	5 dias
3	Encaminhar a lista de presença da presente reunião (e-mail e telefone) a todos os participantes.	DICOL	5 dias
4	Encaminhar o contato da Ouvidoria da Defensoria para todos os participantes presentes divulgarem em suas Instituições.	Dra. Flávia Nascimento	-
5	Realizar um evento em Cordeiro com a OAB MULHER, MPRJ, Polícia Civil e CEDIM. A ideia é disponibilizar os Ônibus do TJRJ (Projeto Violeta) e da Subsecretaria Municipal de Política para as Mulheres (Lilás), divulgando os canais de denúncia, distribuição de cartilhas e orientações	Dra. Adriana	-
6	Enviar convite para a reunião preparatória de sensibilização dos peritos e peritas, agendada para o dia 27/05/2019 às 14h30min. Convidar representantes da Secretaria Estadual de Saúde, Delegadas Nádia Sad, Juliana Emerique e Sandra Ornellas.	DICOL	5 dias
7	Incluir na pauta da próxima reunião da rede a organização de uma capacitação dos Delegados de Polícia no Protocolo Violeta Laranja.	DICOL	5 dias
8	Encaminhar para a Dra. Lucia Iloísio os Provimentos CGJ nº 64 e 65/2018, sobre Projeto Violeta.	DICOL	5 dias

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata foi assinada em 14/05/2019.

Rodrigo O. T. Almeida
Chefe de Serviço do SEATE